

COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

saúde mental e economia solidária

Beatriz Viana
Juliana Sobel
Shirley Santos

CADERNO PEDAGÓGICO

saúde mental e economia solidária

MXM Gráfica e Editora

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105

Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO

NÃO-COMERCIAL

COMPARTILHA IGUAL

COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

saúde mental e economia solidária

Recife, 2018

Beatriz Viana
Juliana Sobel
Shirley Santos

**CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA
TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
NORDESTE – CFES/NE**

**EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO
ADMINISTRATIVA**

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

EQUIPE EDITORIAL

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

**AUTORAS DO TEXTO SAÚDE MENTAL
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Beatriz Viana | baiana, psicóloga, especialista em Saúde Mental, militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades, defensora do SUS e do direito ao delírio.

Juliana Sobel | terapeuta ocupacional, especialista em Saúde Mental, militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades. Mestranda em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz-PE. Apaixonada pela educação popular, pelos delírios e afetos!

Shirley Santos | educadora popular da Rede Estadual de Educadores e Educadoras em Economia Solidária de Pernambuco, assistente social e especialista em Saúde Mental, mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS-UFPE.

REVISÃO

Mariana Pires Santos

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Thiago Liberdade

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

V614s Viana, Beatriz.

Saúde mental e economia solidária / Beatriz Viana, Juliana Sobel, Shirley Santos. – 1. ed. – Recife: MXM Gráfica e Editora, 2018.

64 p. – (Coletânea educação popular e economia solidária no Nordeste)

Inclui referências.

ISBN 978-85-65501-52-1

1. Economia solidária 2. Educação popular
3. Saúde mental

I. Sobel, Juliana II. Santos, Shirley III. Título

7	<i>Apresentação</i>
11	<i>Pra começo de leitura...</i>
17	<i>Você sabe qual é a relação entre Saúde Mental e Economia Solidária?</i>
21	Mas nem sempre foi assim...
21	A construção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
22	O encontro entre a Política Pública de Saúde Mental e a Economia Solidária
23	A motivação para a pesquisa-ação
25	RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO Mentes que trabalham juntas: Interface entre Saúde Mental e Economia Solidária
27	<i>Fizemos, refizemos e chegamos aonde?</i> <i>O horizonte da educação popular</i>
32	É preciso ter um plano, um guia de estudo
35	<i>O que foi sentido, vivenciado, refletido?</i> <i>A ciranda do conhecimento</i>
37	A Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
38	Loucura e Trabalho
40	O trabalho e os seus diferentes sentidos
45	A Reabilitação Psicossocial
47	A Economia Solidária como uma nova alternativa
61	<i>Referências</i>

Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. É fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, em particular, de educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica nos meios urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e os delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria), com vista a disputar os recursos públicos para este fim.

Com atuação regional e nacional, o CFES tem por objetivo formar educadoras e educadores em Economia Solidária, que trabalhem com a formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias por trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Chamada Pública 001/2012 para seleção de projetos – Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda, de 2013 a março de 2018. Nas duas fases, o CFES-NE contou com a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar que, desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações de educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras redes e movimentos sociais componentes do seu Conselho Gestor.

O Nordeste tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gerar e produzir um conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e no dos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas envolveram apoio à articulação das educadoras e dos educadores em economia solidária, realização de seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleos de educadores populares dos estados da região, entre outros movimentos sociais populares e instituições.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes destes cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no Nordeste. Este caderno é dedicado a um destes temas.

A Saúde Mental tem sido debatida pelo movimento de economia solidária há mais de uma década, a partir da busca de novos horizontes para pessoas com sofrimento

mental, trabalhadoras e trabalhadores da política de saúde e educadores populares para garantir e favorecer um modo de vida saudável e respeitoso para essas pessoas no convívio social, coletivo e familiar. O diálogo entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de 2004, orientou as ações públicas para a geração de trabalho e renda em torno dos princípios da economia solidária. Mas hoje, em 2018, algumas práticas ainda são pouco vivenciadas no Nordeste.

Retomando essa caminhada, as educadoras populares Beatriz Viana, Juliana Sobel e Shirley Santos fizeram uma pesquisa-ação junto a usuárias e usuários da rede de saúde mental de Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife (RMR), que trouxe algumas inspirações para as reflexões sobre trabalho, economia solidária e saúde mental que apresentamos neste caderno.

A pesquisa ação “Mentes que trabalham juntas: interfaces entre a saúde mental e a economia solidária” foi até o chão de vida e trabalho dos participantes, homens e mulheres, do Projeto Geração de Renda Mentes que Fazem, executado pela Prefeitura de Camaragibe, sob a orientação metodológica de Alzira Medeiros, coordenadora pedagógica do CFES-NE. Como a pesquisa contou majoritariamente com participantes mulheres, as pesquisadoras definiram utilizar, ao longo do texto, apenas o gênero feminino, e, ao reproduzir as falas, usar apenas as letras iniciais dos nomes das pessoas envolvidas para preservar as suas identidades.

Para mergulhar mais fundo no sentido do trabalho para esta pesquisa, nos debates em torno da relação saúde mental e a convivência plena na sociedade sem manicômios, sugerimos a leitura deste caderno que reflete o compromisso de educadoras populares com uma economia solidária na vivência do Bem Viver.

Alzira Medeiros e Mônica Vilaça

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO CFES-NE



***Pra começo
de leitura...***

*Tentaram devolver-me a sanidade
Que não perdi, jogando-me em uma cela
Esquecidos, porém, que dentro dela
Jamais eu voltarei à realidade
Por que não ofereceram amizade?
Por que ignoraram quem eu era?
Lhes bastaria ouvir a voz sincera
Tentar sentir minhas dificuldades
A minha insofismável enfermidade
As injeções diárias a pioram
E inflamam ainda mais os meus demônios
Libertem-me daqui, por piedade
Que o próprio inferno, em sua eternidade
É preferível à dor de um manicômio!*

F.M. (USUÁRIO DE CAPS)

As iniciativas de geração de trabalho e renda estão previstas na Portaria nº 3088 da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Entretanto, em Pernambuco, apenas o município de Camaragibe tem o projeto implementado, revelando a importância de estudos e ações que tragam dados para estimular novas iniciativas.

A partir da nossa experiência enquanto trabalhadoras da rede de serviços de saúde mental do estado de Pernambuco, percebemos que as práticas de inclusão social pelo trabalho para as pessoas que frequentam esses serviços ainda são voltadas apenas para gerar renda. Será que o trabalho de qualquer tipo é o suficiente para a construção da cidadania dessas pessoas? Basta ter

uma renda para que as pessoas sejam reconhecidas e incluídas na convivência do seu meio (família, bairro, comunidade, cidade etc.)?

A economia solidária fundamenta-se no trabalho com autonomia e equidade de gêneros, democracia, cooperação e solidariedade. Assim, acreditamos ser importante construir, junto às pessoas com experiência na loucura, o que elas acreditam ser o trabalho, para que a construção das iniciativas de geração de trabalho e renda sejam organizadas a partir da experiência delas e que o trabalho seja sentido como uma possibilidade criativa e de Bem Viver, superando os limites da ideia de que ter uma renda é o suficiente para possibilitar novas relações entre as pessoas e um novo convívio social sem preconceitos e discriminações.

Acreditamos que o trabalho deve fazer sentido, que deve haver identificação com o que pensa e deseja uma pessoa, porque grande parte das doenças hoje em nosso país tem a ver com as tensões, frustrações, explorações, perdas de direitos sociais e jornadas longas que vivenciamos no mundo do trabalho. Precisamos construir o trabalho como fonte de saúde e não de doença.

No estado de Pernambuco, por exemplo, não existe uma política de saúde mental, o que contribui com a falta de serviços que abracem essa ideia. Assim, este caderno envolve também reflexões críticas sobre a política pública de saúde mental em Pernambuco.

Os movimentos da sociedade em torno da saúde mental e da economia solidária partilham princípios próximos, e espera-se um novo encontro entre eles para que possam se olhar, se conhecer melhor e construir juntos novos horizontes para as pessoas com experiência na loucura que, por tantos anos, foram e ainda são privadas dos seus direitos enquanto cidadãs e sujeitos de desejos.

Que o delírio seja um direito, que as vozes não se calem, que a liberdade e o respeito sejam bússola das relações e que o afeto faça morada na convivência.
Boa leitura!

As autoras



***Você sabe qual é a
relação entre Saúde
Mental e Economia
Solidária?***

Artigo Décimo Terceiro

*Fica decretado que o dinheiro
não poderá nunca mais comprar
o sol das manhãs vindouras.
Expulso do grande baú do medo,
o dinheiro se transformará em
uma espada fraternal
para defender o direito de cantar
e a festa do dia que chegou.*

Artigo Final

*Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.*

THIAGO DE MELLO

A Economia Solidária, a partir de suas iniciativas e visão, tem procurado uma nova relação entre homens e mulheres e destes com todos os seres vivos no seu território e com o planeta Terra com base nos princípios da solidariedade, autonomia, cooperação, autogestão e direitos.

A visão de economia solidária de educadoras populares no Nordeste, como Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos, é que formamos um todo

interligado pela nossa natureza e pelas relações sociais, culturais e políticas, e que a economia faz parte dos meios para garantir o nosso estar e viver no mundo, na nossa casa, no nosso território. Com esta perspectiva, estas autoras escreveram, em 2012, que uma economia solidária precisa da participação e decisão democrática na organização e realização da vida e do trabalho, possibilitando a emancipação de mulheres e homens sem agredir e sugar o meio ambiente. Como vimos, essa economia é diferente do capitalismo, que se organiza pela competição, pela acumulação de coisas e de dinheiro, pelo individualismo, pelo trabalho assalariado, explorando e oprimindo as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade, e sugando até não poder mais a terra, as florestas e a água, em nome do lucro e do viver bem.

Acreditamos que as pessoas com sofrimento psíquico, com histórico de internações psiquiátricas, que vivenciam isolamento social, de alguma forma, não se encaixam nas exigências de normalidade desse tipo de trabalho exigido pela nossa sociedade atual. O trabalho, no entendimento da economia solidária para a saúde mental, é um dos caminhos para a reabilitação psicossocial das pessoas com experiência

na loucura, é um meio de conquistar o respeito e um lugar com visibilidade na família, no bairro, na comunidade, entre outros. O trabalho deve, portanto, gerar cidadania e pertencimento. E, principalmente, deve ser exercido com base na criatividade e na alegria.

REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Parte da ideia de que as pessoas que são ditas loucas possuem desejos, direitos e voz e têm a possibilidade de se relacionar com os outros e de circular nos diversos ambientes. Reabilitar é fazer com que essas pessoas e a sociedade acreditem que elas podem fazer isso tudo e muito mais. É também gerar condições para que possam construir seus próprios caminhos.

Mas nem sempre foi assim...

Antes da década de 1980, as pessoas que tinham alguma vivência na loucura eram tratadas apenas como doentes, colocadas dentro de manicômios, instituições fechadas, ficando longe do convívio social e desacreditadas do seu potencial e da sua cidadania. Nessas condições, o trabalho era visto como algo puramente terapêutico, muitas vezes para permitir à pessoa voltar a “normalidade”, ou até mesmo como algo punitivo. A partir de organização política, militância e muita luta, constituiu-se uma nova forma de cuidado, construída pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. No cuidado em liberdade não cabem mais manicômios, choques elétricos e isolamento. A proposta é cuidar das pessoas em

seu território, perto dos que compõem o seu convívio social, com arte, diálogo, cultura, afeto e respeito pelo outro.

REFORMA PSIQUIÁTRICA ANTIMANICOMIAL

É um movimento que surgiu na década de 1980, a partir das reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras, usuários da rede e seus familiares, diante das condições de maus tratos e negligência com as pessoas internadas em hospitais psiquiátricos. Tais pessoas ficavam anos isoladas da convivência social, perdiam suas vidas nos manicômios, viviam sob efeito constante de medicações que apenas silenciavam seu sofrimento, tomavam choques elétricos, passavam fome e frio e bebês eram arrancados de suas mães.

Quer saber mais sobre isso? Vão aí dicas de vídeos e filmes:

A construção da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Através de leis e portarias da Saúde Pública, inspiradas numa perspectiva de cuidados com a saúde mental, foi possível que se iniciasse a substituição dos hospitais psiquiátricos por outros serviços de saúde mental. Ainda hoje estamos na construção dessa Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), constituída por unidades básicas de saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS),

- Bicho de sete cabeças – Laís Bodansky
- Holocausto brasileiro – Daniela Arbex e Armando Mendz
- Casa dos Mortos – Will Canon

A palavra “antimanicomial”, além de significar ser contrário ao manicômio e seus muros reais, também é contrária aos pensamentos e atitudes manicomiais, ou seja, o preconceito, os julgamentos morais, a exclusão, a rejeição aos ditos loucos e loucas. Inspirada no modelo italiano de cuidado com pessoas em sofrimento, a Reforma Psiquiátrica tem como lema “Por uma sociedade sem manicômios” e, em substituição ao hospital psiquiátrico, propõe uma rede de serviços que fazem o cuidado dessas pessoas em seu território, sem isolamento, com equipes formadas por diferentes profissionais (para além do médico) e que consideram que essas pessoas têm desejos e direitos, ou seja, são cidadãos.

diversos estados do país desenvolvessem ações nesse sentido. Fruto desse diálogo, as regiões Sul e Sudeste vêm praticando ações mais firmes, que servem de exemplo, com importantes iniciativas na formação de redes de cooperativas sociais.

No Nordeste, essa realidade é um pouco diferente. Em Pernambuco, por exemplo, temos apenas uma estratégia consolidada de Geração de Trabalho e

leitos integrais em hospitais gerais, serviços de urgência e emergência, centros de convivência e estratégias de reabilitação psicossocial. Nas estratégias de reabilitação incluem-se as iniciativas de geração de trabalho e renda que devem ser pautadas pelos princípios da economia solidária.

O encontro entre a Política Pública de Saúde Mental e a Economia Solidária

O encontro entre essas diferentes áreas – Saúde Mental e Economia Solidária – deu-se no diálogo entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no ano de 2004, quando firmaram parcerias, possibilitando que

COOPERATIVAS SOCIAIS

São diferentes das iniciativas de trabalho e renda por terem leis específicas que estruturam sua organização. É necessário que sejam registradas como uma empresa, mas não são obrigadas a pagar todos os impostos ao governo, por exemplo.

Renda na RAPS de Camaragibe. Por isso, acreditamos na importância do aprofundamento do significado da economia solidária, de modo que ela possa ser mais estudada, compreendida e vivenciada pelas pessoas que circulam na área da saúde mental, seus trabalhadores e trabalhadoras, usuários e usuárias e

militantes. Da mesma forma, é importante que aqueles e aquelas que constroem o movimento e a política de economia solidária compreendam a saúde mental nesta perspectiva antimanicomial.

A motivação para a pesquisa-ação

A escolha de realizar a pesquisa-ação com as usuárias do Projeto Geração de Renda Mentos que Fazem, executado pela Prefeitura de Camaragibe, parte do desejo de contribuir para a construção desse conhecimento e dessa ação. A aproximação com esse projeto se deu pelas inquietações suscitadas pela vivência das pesquisadoras nas atividades da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco (UPE) e pela participação de uma delas no curso regional de formação autogestionária de educadores populares, promovido pelo CFES-NE.

Essa pesquisa foi encarada por nós como um ato militante, pois é a partir deste lugar da militância organizada que falamos. Fazer parte de um movimento social de luta antimanicomial significa buscar a garantia dos direitos conquistados, assim

como lutar pela desconstrução das relações manicomiais ainda existentes, que silenciam as singularidades que cada um carrega.

A Prefeitura de Camaragibe foi pioneira no processo de fechamento de hospitais psiquiátricos, construindo, ao longo de sua história, uma rede de serviços substitutivos de saúde mental importantes para o estado, entre eles, o Projeto Geração de Renda, em 2005. Segundo os documentos da Prefeitura, esse projeto tem como finalidade ofertar oficinas de artesanato, dança e teatro, para possibilitar às pessoas que participam criar novas habilidades, que possam ser usadas para gerar renda, além disso também é um espaço para criação de uma rede de afetos e de amizades.

Qual o sentido do trabalho para as participantes do Projeto Geração de Renda? Esta foi a questão que nos orientou para, junto com as usuárias do serviço público da saúde mental, realizar a pesquisa-ação.

No caminho do fazer, nos encontros e no compromisso das participantes, fizemos reflexões sobre os vários sentidos do trabalho, os diversos papéis possíveis a se desempenhar naquele espaço e o entendimento do projeto como lugar de direito, quebrando a ideia de que pudesse ser uma ajuda, favor ou boa ação. Foi nesse percurso que iniciamos a conversa sobre a economia solidária que, para a grande maioria, foi uma novidade.

A partir dessa pesquisa-ação e da nossa experiência enquanto trabalhadoras da saúde mental, queremos, neste caderno, trazer algumas reflexões, apontar caminhos e plantar sementes de um novo encontro de teorias e práticas da saúde mental e economia solidária. Vamos nessa?

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Mentes que trabalham juntas: interface entre Saúde Mental e Economia Solidária

**BEATRIZ VIANA, JULIANA SOBEL
E SHIRLEY SANTOS**

A partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira, o trabalho insere-se como um dos caminhos para a Reabilitação Psicossocial na Política de Saúde Mental, sendo estruturado por iniciativas de Projeto de Geração de Trabalho e Renda e de Cooperativas Sociais com pessoas em sofrimento psíquico. Apesar da relevância do tema e da construção teórica, percebe-se que, na prática, a inserção social a partir do trabalho não vem sendo valorizada na rede pública da política social em saúde no Nordeste brasileiro.

A pesquisa ação foi realizada com pessoas da rede pública de saúde mental que participam das oficinas do Projeto Geração de Renda Mentes que Fazem, da Prefeitura de Camaragibe (RMR), com o objetivo de analisar o sentido do trabalho para as e os participantes e proporcionar-lhes uma reflexão sobre o trabalho no processo de reconstituição dos seus laços sociais e de autonomia.

A metodologia foi construída a partir dos fundamentos da educação popular inspirada em Paulo Freire e o método investigativo foi a pesquisa-ação, apoiado em Michel Thiollent. Percebemos o envolvimento das participantes na pesquisa-ação ao trazermos situações do cotidiano, do fazer coletivo, todas juntas encontrando perguntas e respostas para entender o trabalho na saúde mental.



***Fizemos, refizemos
e chegamos aonde?
O horizonte da
educação popular***

*A gente se fragmenta
Sem conseguir dialogar
Missão de educador popular
É botar o povo pra pensar
Autogestão praticar
Para o equilíbrio encontrar
E do bem viver desfrutar*

EDUCADORES E EDUCADORAS DA REDE DE EDUCAÇÃO
POPULAR EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – PE

Mas o que é uma pesquisa-ação? Para responder essa questão, buscamos sugestões em Michel Thiollent que, em 1985, escreveu o livro *Metodologia da Pesquisa Ação*. Na pesquisa-ação, a gente constrói junto: participantes da pesquisa e pesquisadoras. Ela vai nos **orientar na construção coletiva de um conhecimento que nos apoie a buscar soluções, saídas e novos saberes para a nossa ação, e melhorar a prática, mudar a prática**. Ou seja, nessa pesquisa a gente visa conhecer, refletir e agir. Assim, todas as pessoas envolvidas buscam conhecimento sobre a situação ou o problema que estão vivenciando e juntas procuram soluções, respostas e caminhos. É importante lembrar que **a pesquisa-ação é uma investigação construída de forma coletiva, considerando que os saberes das pesquisadoras e das participantes têm o mesmo valor e poder**. Afinal, ao construir juntas o conhecimento sobre a nossa experiência e realidade, iremos intervir juntas para a mudança necessária no nosso trabalho, na nossa comunidade, no nosso território. Ou seja, em qualquer lugar e situação sobre os quais precisamos revelar informações, dilemas, problemas etc.

É fundamental entender que, na pesquisa ação, as pesquisadoras não podem tomar decisões pelo grupo, seu papel é facilitar os processos de investigação, problematizar as situações, criar um ambiente de debate e reflexão para decisões conscientes. O propósito deste estudo foi pensar estratégias metodológicas para que as respostas às perguntas aparecessem, assim como facilitar o processo para que as participantes ampliassem os conhecimentos sobre a realidade e se sensibilizassem para uma maior consciência política e cultural sobre o contexto do projeto e da saúde mental.

Enquanto pesquisadoras, compreendemos a experiência vivenciada como uma ação educativa e, para isso, buscamos auxílio na teoria da educação popular de

Paulo Freire, lendo o livro *Pedagogia da Autonomia*, escrito em 1996.

[Quer saber mais sobre educação popular?](#)

[Procure no Youtube o vídeo Recid – Educação Popular, produzido pela CenaUm Produções.](#)

Procuramos, ainda, usar alguns meios e ferramentas metodológicas que ajudaram a fazer a pesquisa-ação

partindo da ideia de **educação como construção social** e processo permanente, que estimula as pessoas a serem mais conscientes, críticas e livres e a se humanizar para transformar a sua realidade e a si mesmas.

Por meio do diálogo, o conhecimento é construído de forma dinâmica, como resultado da ação/reflexão tanto da educadora e do educador quanto da educanda e do educando. Isso é oposto a educação tradicional, que só considera o saber da educadora e do educador, aqueles que têm autoridade sobre os educandos e as educandas (o que chamamos de **relação vertical**), e não busca a transformação da realidade e, sim, a adaptação à realidade.

Para a educação popular, o processo de ensino-aprendizagem se constrói a partir do diálogo, da produção de conhecimento partilhado e do **processo de**

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

É quando as pessoas têm a oportunidade de compreender a realidade em que vivem, fazer críticas a ela e, a partir disso, pensar em condições reais para transformá-la. Assim, elas podem se libertar das opressões e de quem as oprimia.

formação contínua e progressiva de todas as pessoas envolvidas na aprendizagem. Então, isso tem que ser bom e gostoso de fazer.

Ainda inspiradas em Paulo Freire, sabemos que todo ser é um ser inacabado e que, por isso, o processo de educação dura por toda a vida. Essa percepção

AUTOGESTÃO

Organização vivenciada nas iniciativas econômicas solidárias em que as responsabilidades são compartilhadas entre todas e todos, quebrando a lógica de poder do patrão sobre as empregadas e os empregados, ou seja, com ordens que vêm de cima pra baixo e onde uns mandam e outros e outras obedecem. A autogestão deve ser entendida como princípio de respeito ao trabalho da outra pessoa e como democracia que orienta os debates, formas e meios de decisão coletiva. São as trabalhadoras e os trabalhadores que devem e podem decidir sobre a sua atividade no dia a dia,

emancipação. Estamos falando de uma **relação horizontal**, pois a troca de experiências e conhecimentos entre educador e educando é constante, e um não se sobrepõe ao outro. Paulo Freire diz que a educação popular só acontece quando educadoras e educadores se colocam também como aprendizes, caracterizando um processo de

de seres inacabados, em constante transformação, permitiu a nós, educadoras, desconstruir e construir, durante o nosso trabalho, os diferentes conceitos, conhecimentos e habilidades para a realização da pesquisa-ação. Essa experiência seguirá com a gente para as próximas relações que vamos construir no nosso caminho como trabalhadoras, militantes, mães, filhas, irmãs, vizinhas, e por aí vai...

A educação popular também pode contribuir para a prática da

como remunerar o valor do seu trabalho, assim como o que fazer com os resultados alcançados, sejam eles financeiros, bens materiais, convivência afetiva, relação com o território e o meio ambiente e tudo o que dele participa. Autogestão tem a ver, portanto, com cooperação e solidariedade.

Quer saber mais sobre esse tema? Leia o **Caderno sobre Autogestão**.

autogestão na economia solidária, já que o respeito, a confiança, o diálogo e a valorização do saber que cada uma traz, com o compartilhamento de responsabilidades, formam a base dos princípios que as iniciativas econômicas solidárias se propõem a vivenciar.

É preciso ter um plano, um guia de estudo

Nessa perspectiva, as pesquisadoras fizeram inicialmente um planejamento metodológico para servir como guia, conscientes de que a cada encontro esse planejamento seria reconstruído a depender das demandas das participantes, e assim ocorreu... **A cada oficina/encontro fazíamos uma avaliação e redefiníamos o planejamento passo a passo, com a preocupação de nos aproximar, o máximo possível, da linguagem e vivência das participantes, em busca da construção do conhecimento para todas.**

Para favorecer a construção do conhecimento, utilizamos algumas ferramentas, como:

1. Mosaico, no qual fixamos as palavras-chave da pesquisa ação, como **“trabalho”** e **“Projeto Geração de Renda”**. A cada vez que debatíamos, eram colados pequenos cartazes de cartolina nos quais anotávamos o novo saber referente a essas palavras-chave. E, assim, o significado e o conhecimento foram sendo construídos. O mosaico, que é uma ferramenta para o trabalho educativo, nos ajudou a registrar

as ideias, organizar as propostas e gerar o conhecimento coletivo. Ou seja, permitiu sistematizar referências comuns sobre essas palavras-chave.

2. Linha do Tempo dos Afetos, que ilustrou a história das participantes do **Projeto Geração de Renda**, a partir dos momentos mais marcantes vividos por cada uma no projeto, bons e ruins, sem nos preocupar com a cronologia, mas, sim, com os fatos e seus significados.

3. Produções artísticas, com cenas teatrais, manuseio de argila, produção de desenhos e escritas. O objetivo era vivenciar as situações por meio da dramatização, do tato, das cores e formas, entre outras possibilidades artísticas.

A partir dessas ferramentas e caminhos, motivamos e mobilizamos as pessoas para o envolvimento na pesquisa-ação. Dessa forma, ilustramos situações do dia a dia e facilitamos a compreensão dos seus significados. Estimulamos o contato de cada uma consigo mesma e com as outras, exercitamos o trabalho coletivo e ativamos novos circuitos de saberes.

Como produto da pesquisa ação, construímos coletivamente um **“Álbum de Sentidos”**, que traz uma contação de histórias sobre a pesquisa. Esse material está à disposição na sede do Projeto Geração de Renda Mentes que Fazem na Prefeitura de Camaragibe para quem quiser ver e ler.



***O que foi sentido,
vivenciado, refletido?
A ciranda do
conhecimento***

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

JOÃO GUIMARÃES ROSA

Para aprofundar o encontro da política de Saúde Mental e da Economia Solidária, precisamos debater alguns eixos temáticos, como: A Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); a Loucura e o Trabalho; a Reabilitação Psicossocial; os Sentidos do Trabalho; a Economia Solidária; e o Bem Viver.

A Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

O movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira inicia-se na década de 1970, por conta da situação precária em que se encontrava o cuidado aos pacientes psiquiátricos, buscando novas alternativas de cuidado, sem precisar excluí-los da convivência em sociedade. A transformação do modelo de cuidado em saúde mental tem como horizonte a afirmação dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico, por meio da disponibilização de uma rede de serviços territoriais, do investimento em projetos de vida dos usuários e do cuidado em liberdade.

Partindo da necessidade de uma rede de serviços substitutiva ao hospital psiquiátrico, em 2011, foi publicada a Portaria nº 3.088, pelo governo federal que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação,

ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

A RAPS possui sete componentes, que são: 1 – Atenção Básica em Saúde; 2 – Atenção Psicossocial Especializada; 3 – Atenção de Urgência e Emergência; 4 – Atenção Residencial de Caráter Transitório; 5 – Atenção Hospitalar; 6 – Estratégias de Desinstitucionalização; e 7 – Reabilitação Psicossocial. Para cada componente estão previstos serviços especializados que compõem os pontos de atenção da rede.

No componente da Reabilitação Psicossocial estão previstas as iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais. A Portaria aponta que esses serviços devem ser articulados às redes de economia solidária locais para garantir melhoria nas condições concretas de vida, proporcionar autonomia, exercício de contratualidade e inclusão social às pessoas com sofrimento psíquico e seus familiares.

É neste componente da Reabilitação Psicossocial que encontramos **espaço para refletir sobre a emancipação social, particularmente por meio do trabalho, questão ainda pouco discutida no campo da saúde mental.**

Loucura e Trabalho

O entendimento de que o louco é um cidadão e, portanto, sujeito que pode opinar, ir e vir na cidade e, inclusive, trabalhar é claramente defendido na política de saúde mental hoje em dia. Porém, a história entre loucura, trabalho e cidadania já foi diferente e precisou se transformar. Eneida Santiago e Silvio Yasuínos ajudam a entender que essa história tem três momentos: 1. O trabalho visto como instrumento de ocupação para evitar a ociosidade e “reestabelecer” a ordem,

a fim de que as pessoas possam retornar à sociedade de forma produtiva; 2. O trabalho visto como prática curativa, colocado como estratégia de transformação de personalidades e comportamentos; 3. A partir da Reforma Psiquiátrica, tendo já a experiência da Reforma na Itália, o trabalho passa a ser visto como afirmação de cidadania e produção de vida.

Ainda hoje existe o entendimento de que, para as pessoas ditas loucas, há duas possibilidades de trabalho: o trabalho como ação terapêutica, que significa realizar uma atividade que pode ter significado ou não para as pessoas, e isso pode proporcionar bem-estar, ocupar a mente, passar o tempo; e o trabalho enquanto tratamento moral, ou seja, como atividade punitiva, esperando alcançar um ideal de normalidade que indicaria a qualidade do tratamento. O problema dessa abordagem é que ela não se faz a pergunta: “afinal, o que é ser normal?”.

Fernanda Nicácio, Elisabete Mângia e Maria Isabel Ghirardi colocam em artigo escrito em 2005, que é necessário construir espaços reais que possibilitem às pessoas com experiência na loucura o direito ao trabalho, que apostem no potencial das pessoas e que proporcionem possibilidades reais de trabalho, troca, produção de valores e compartilhamento dos riscos de entrar na trama social.

Quando acreditamos que essas pessoas têm o direito ao trabalho, precisamos entender que trabalho é esse de que estamos falando.

O trabalho e os seus diferentes sentidos

A partir das conversas sobre trabalho com as participantes do Projeto Geração de Renda na pesquisa-ação, entendemos que a ideia que mais se aproxima da proposta do trabalho para as pessoas com experiência na loucura é a defendida por Karl Marx. Na visão desse filósofo, o trabalho é um processo que se desenvolve entre o homem e a natureza, e esta é a única forma que diferencia o ser humano das outras espécies. Isso porque os seres humanos, ao fim do processo de trabalho, conseguem obter um resultado, um produto que foi desde o início imaginado, ou seja, que foi idealizado antes de ser realizado. A isso Karl Marx chama de plano subjetivo, que é a capacidade que o trabalhador e a trabalhadora têm de planejar o seu processo de trabalho e imaginar o seu produto. Quando o trabalhador e a trabalhadora realizam o trabalho, Karl Marx chama de plano objetivo, compreendendo o processo de trabalho como atividade planejada com o fim de produzir algo para satisfazer as necessidades humanas. Portanto, é através do trabalho que se constituem as sociedades.

O trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas, contribuindo para a constituição de suas identidades, influenciando a percepção sobre si mesmas e sobre o mundo. Nos relatos das participantes da pesquisa, por exemplo, percebemos que **realizar as atividades de trabalho trazia para elas a possibilidade de obter reconhecimento, de se sentirem parte de um grupo.**

Outro elemento necessário no processo de trabalho é a comunicação. José Paulo Netto e Marcelo Braz explicam que é **a comunicação que transforma o trabalho em atividade coletiva**, pois o trabalhador ou trabalhadora nunca será um sujeito isolado, sempre irá precisar de outros sujeitos para a realização das atividades.

O trabalho produz e reproduz vida para atender às necessidades dos seres

humanos. É uma atividade coletiva que nos constitui como ser social. Foi através do trabalho que, a partir de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos, numa espécie de salto que fez surgir um novo tipo de ser, o ser social.

Mas o que é esse ser social? Inspiradas por esses autores, entendemos que o **ser social somos nós, com nossa capacidade de realizar atividades e, além disso, de nos comunicar, fazer escolhas, estar em grupo, nos transformar e mudar o mundo e a nós mesmas.**

Assim, **o trabalho é uma ação humana que constitui o ser social.** Dessa maneira, foram identificadas várias ações e atividades de trabalho pelas participantes do Projeto Geração de Renda, entre as quais: auxiliar de cargas e descargas; cuidadora de residência terapêutica; arte-educadora; vendedora de quitanda. Uma delas identificou ainda o trabalho enquanto arte: *Faço teatro, canto e sou atriz*, disse L.C.A.

Muito problematizada pelas participantes foi a atividade de dona de casa, colocada por C.D.L: *Não trabalho, só faço o serviço de casa.* Logo, percebemos que essa atividade não foi reconhecida por elas como trabalho, devido à falta de reconhecimento da própria sociedade, bem como por não gerar renda monetária de forma direta para a família. Porém, depois de um diálogo recheado de questionamentos e respostas, chegamos à conclusão de que **ser dona de casa faz parte da produção e reprodução da vida humana** e reconhecemos que existem tarefas específicas que são necessárias para a vida em sociedade. No final do debate, a mesma participante fez uma nova afirmação: *Sim, trabalho e muito como dona de casa* (C.D.L).

O tipo de trabalho mais exercido pela maioria das participantes do Projeto é o de artesã. I.A.F diz: *Faço artesanatos variados. Amo o que faço e vendo em Camaragibe nas segundas e quartas, sou artesã!* No entanto, para M.L.C, esse reconhecimento

é fragilizado: *Sou apenas artesã no Projeto, trabalho com MDF em caixinhas, tapete, sabonete, bijuteria.* A fala da participante expressa a sua dificuldade em reconhecer o artesanato como um tipo de trabalho o que muitas vezes também ocorre na sociedade.

Compreendemos que, na maioria das vezes, a invisibilidade do trabalho pela sociedade atual afeta a valorização e o reconhecimento da artesã e do seu trabalho. Por isso é importante desconstruir a ideia de que o trabalho é apenas quando se tem um vínculo de emprego ou que gera renda. O **modelo capitalista** exclui do mercado de trabalho as pessoas consideradas inaptas e/ou improdutivas, portanto a inclusão social pelo trabalho é um grande desafio para a saúde mental. Todavia,

MODELO CAPITALISTA

É um sistema econômico que tem por base a exploração do trabalho e tem como objetivo gerar lucro para o patrão que é dono dos meios de produção, excluindo o trabalhador e a trabalhadora do acesso a esse lucro.

acreditamos que, através da confecção de produtos artesanais e da negociação e divulgação dessa produção em feiras e eventos, seja possível o Projeto mostrar à comunidade, a possibilidade do resgate da autonomia e de convivência com pessoas que têm experiência com a loucura. Sendo assim, reconhecemos que o Projeto

lida com princípios como formação de vínculo, fortalecimento de autoestima, envolvimento afetivo, capacidade criativa e novas sociabilidades dentro do território.

Algumas participantes atribuíram a atividade de trabalho ao fato de serem mães e à higienização pessoal, outro ponto de reflexão e problematização. Nós, enquanto pesquisadoras, a princípio sentimos dificuldade de fazer esse reconhecimento. No entanto, chegamos à conclusão de que na higiene pessoal está contido o cuidado de si e que essa atividade influencia a nossa relação com o mundo. Desta

forma, passamos a reconhecê-la enquanto trabalho. Além disso, no ser mãe está contida a reprodução social da vida. Compreendemos que nas tarefas associadas à maternidade há socialização e subjetividades envolvidas, que podem não gerar renda monetária, mas geram vida, e nos colocam na condição da realização do ser social, determinando nossa identidade e nossa cultura. Concluímos, então, que **trabalho não é somente emprego e o que gera renda.**

Surgiu, assim, a discussão sobre os “sentidos” atribuídos ao trabalho e de que modo os seres humanos podem fazer uso do trabalho como instrumento de expressão de sua liberdade e de seus desejos. Por isso, o trabalho também pode ser entendido como algo que potencializa a vida. Porém, o que se percebe, a depender da forma como o trabalho está socialmente organizado, é que ele tende a receber outros sentidos distintos da sua condição original, que estão mais associados à opressão e à dependência. Ou seja, o trabalho tem grande potencial de representar algo bom, gostoso de ser vivido, mas, muitas vezes, é visto como algo ruim, desagradável de ser executado.

Por isso, Ricardo Antunes coloca que, em sociedades que funcionam **no modelo capitalista, o trabalho assume a competitividade como garantia da sobrevivência das empresas, gerando mais desemprego e exclusão.** Esse desemprego que atinge os trabalhadores e trabalhadoras acontece para impor baixos salários, aumentar a concentração de riquezas, entre outras mazelas, e até mesmo o trabalho escravo.

Descobrimos também na pesquisa que são muitos os sentidos atribuídos ao trabalho, que tanto pode ser percebido como fonte de prazer e reconhecimento pessoal, como pode ser fonte de sofrimento, ameaçando a saúde de quem o realiza, podendo até desencadear transtornos mentais, como ocorreu com algumas participantes.

Existem atividades que promovem a saúde mental, assim como há outras que a prejudicam. Não se trata necessariamente da atividade em si, mas principalmente dos vínculos e relações interpessoais que a envolvem, e da forma como o processo de trabalho está organizado. Assim, a organização e o planejamento das atividades nas oficinas do Projeto Geração de Renda são flexíveis para que as participantes expressem seus desejos e necessidades. Dessa forma, o trabalho passa a funcionar como um mediador de saúde e, no contexto da saúde mental, consegue se aproximar do processo da reabilitação psicossocial, bem como da inclusão social.

Nos serviços substitutivos da RAPS, ainda é muito realizado o trabalho assistido ou protegido, que são atividades que servem para ocupar a mente e/ou o tempo ocioso, buscando respeitar o tempo e a limitação de cada pessoa com sofrimento psíquico, podendo ou não gerar renda. Essa é a situação do Projeto neste momento, pois ele ainda não conseguiu superar a noção de trabalho como ação terapêutica.

Nós, no entanto, defendemos a realização do trabalho emancipado. Esse conceito é explicado por Marcos Arruda (2003): **o trabalho emancipado é caracterizado por uma visão original do trabalho, por meio da qual se pretende superar a ideia de trabalho apenas para gerar renda e retomar a noção de trabalho como condição para satisfazer as necessidades humanas de vida, de comunidade, reciprocidade e solidariedade.**

Desta maneira, a partir dos princípios da Reforma Psiquiátrica, acreditamos que o trabalho é um direito que deve ser respeitado, não devendo ser reduzido apenas à condição do tratamento. A relação que a pessoa tem com o trabalho constrói uma rede de significados que influenciam outras esferas da sua vida. É no trabalho emancipado que a pessoa vai encontrar os elementos de construção de sua identidade, por meio da relação com a cultura, da autorrealização e do reconhecimento social, ou seja, da cidadania.

A Reabilitação Psicossocial

A reabilitação psicossocial é um conjunto de estratégias direcionadas a aumentar o poder de contratualidade da pessoa com sofrimento mental, ou seja, são estratégias que buscam mostrar à sociedade, à família e à própria pessoa que o que ela fala é importante, que o que ela faz tem valor e, que mesmo que ela esteja “louca”, por vezes “fora de si”, ela tem direitos e se trata sempre de uma pessoa com afetos, com uma história, com sonhos... E que quando se vê livre da negatividade em relação à loucura, pode viver relações mais sinceras.

Sendo assim, aprendemos com o escritor italiano Benedetto Saraceno em um texto de 1996, que a reabilitação psicossocial está focada em três grandes cenários – moradia, rede social e trabalho com valor social – e busca aumentar o poder contratual das pessoas em sofrimento psíquico para ampliar a sua autonomia.

Benedetto Saraceno explica, ainda, que a reabilitação psicossocial não se trata de um processo individual, de uma busca por habilidades pessoais. Ela se constitui num processo que busca potencializar as possibilidades de trocas sociais e de afetos, e fortalecer as várias redes de negociações.

Assim, para Benedetto Saraceno, **o trabalho é uma conversa entre o que se precisa e o que se deseja. É o meio de sustento e também de autorrealização, em que são produzidas e trocadas mercadorias e valores**, provocando a construção de redes e relações entre sujeitos sociais mulheres e homens. É nesse contexto que se insere o Projeto Geração de Renda Mentas que Fazem.

Nas análises provocadas pela pesquisa-ação, compreendemos que o Projeto Geração de Renda se insere na reabilitação psicossocial por ser um espaço que vem produzindo vidas e subjetividades, proporcionando bem-estar e construção de vínculos, como expressa a participante H.D.M.F: *Somos gente aqui dentro, mas*

nos ônibus, CAPS e postos de saúde somos discriminados. Também é o que sente e expressa M.L.C: Os melhores momentos da minha vida são aqui no Projeto, com J., os amigos, melhor que em casa.

As participantes também reconhecem o Projeto como espaço de aprendizagem de novas habilidades, como a produção de artesanato, o que possibilita a geração de renda. Podemos observar essa questão na fala de E.C.S: *O Geração de Renda me ensinou a fazer artesanato, aprendi esse trabalho, faço em casa e levo pra vender, tenho minha renda para as minhas necessidades que preciso comprar.*

Outro ponto que analisamos durante a pesquisa ação foi o entendimento do espaço do Projeto enquanto lugar terapêutico, como mostram as falas de várias participantes: *me ajuda a não surtar; aqui é o remédio que preciso; deixa a mente ocupada.* Entendemos que as relações sociais constituídas nesse espaço são meios para o processo de reabilitação psicossocial e que, portanto, essa rede de afeto viabiliza a manutenção das condições de saúde mental. Entretanto, a partir dessa reflexão, percebemos que essa rede está sendo constituída apenas para dentro do espaço institucional. Não foram citados pelas participantes, momentos em que a rede de afeto do Projeto se encontra com outras redes e se reinventa para além do campo da saúde mental.

Acreditamos que o encontro de pessoas com experiência na loucura com pessoas ditas “normais” nas iniciativas de trabalho e geração de renda possibilitaria a mudança da concepção desses espaços enquanto trabalho terapêutico e institucionalizado para espaços de trabalho com sentido, significado e valor social, efetivando, de fato, a participação dessas pessoas na vida social. Vemos, assim, uma possibilidade de encontro com as práticas da economia solidária.

A Economia Solidária como uma nova alternativa

Consideramos que um caminho possível para o trabalho emancipado nas práticas da saúde mental seria a aproximação com os princípios da economia solidária. Vale ressaltar que a concepção de economia solidária na qual acreditamos, para o horizonte das iniciativas de Geração de Trabalho e Renda, é a das educadoras populares em economia solidária do Nordeste, como Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos (2012), que fazem a crítica de certa visão que tenta resumir as iniciativas da economia solidária ao objetivo de gerar trabalho e renda. Assim como elas, consideramos a concepção de economia solidária enquanto ação política que questiona as relações desiguais que se produzem e reproduzem tanto na própria produção/comercialização, quanto nas relações sociais, culturais e ecológicas que se estabelecem entre as pessoas, as organizações e o meio ambiente. Por isso, compreendemos que a economia solidária é um caminho, uma nova alternativa na vivência do Bem Viver para todos e todas os envolvidos e envolvidas nessa proposta.

A noção de Bem Viver, como Alberto Acosta traz em livro publicado em 2016, tem fundamento na construção de um projeto emancipador, que leva em consideração as histórias de luta, de resistência e de projetos de mudança, valorizando as experiências locais para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis.

O desafio da proposta de ter como horizonte a economia solidária, colocado por Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos, é favorecer a construção da autonomia e emancipação das pessoas, tendo o trabalho como ato criativo. Portanto, precisamos pensar o funcionamento das iniciativas de geração de trabalho e renda na saúde mental que se pautam no contraponto ao desperdício da produção na sociedade de consumo. Precisamos também

discutir as necessidades a partir de prioridades políticas e nos orientar pela lógica da igualdade de gênero, raça e do lugar que ocupamos na sociedade. É

Se quiser saber mais, assista ao vídeo [o Bem Viver em que Alberto Acosta fala sobre o tema no YouTube](#).

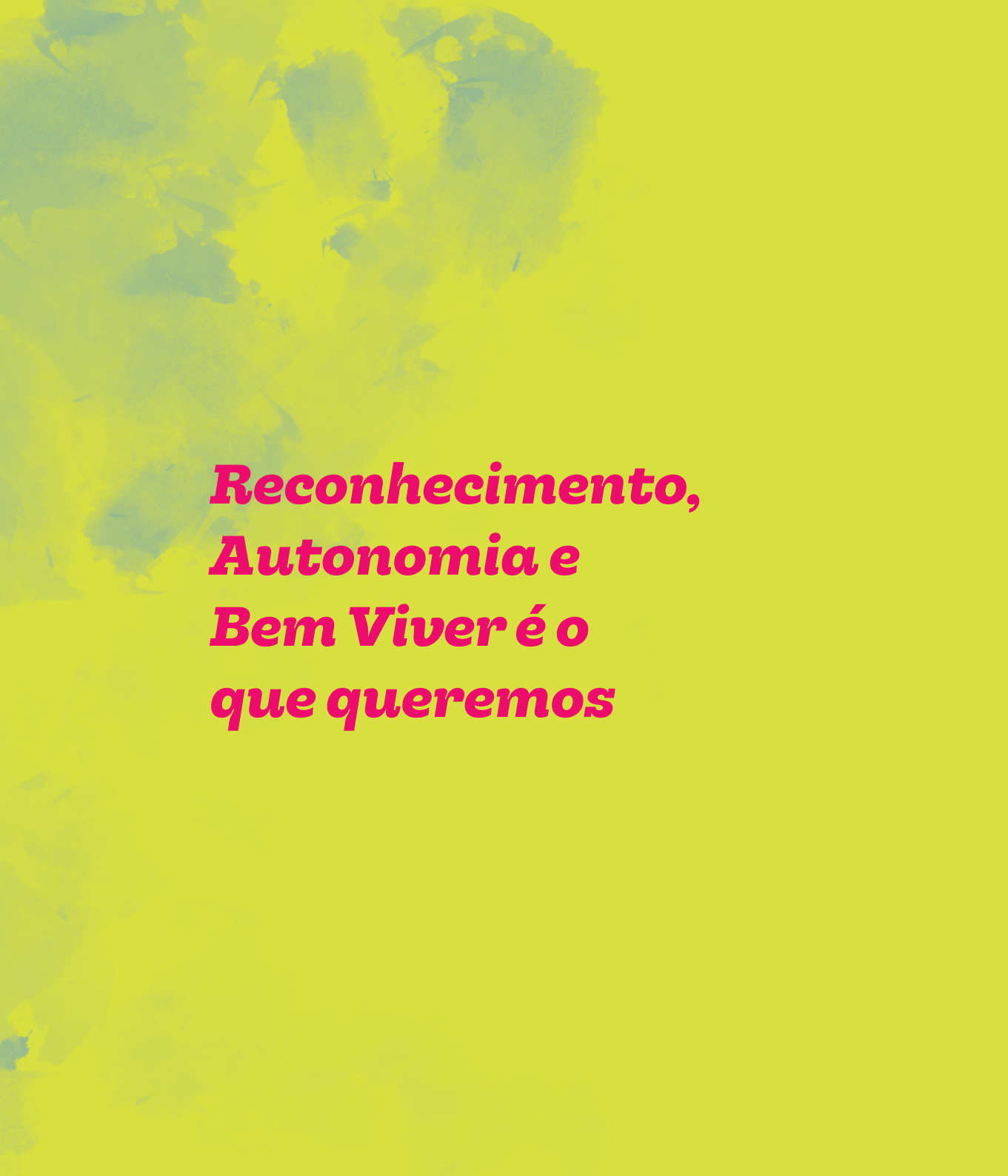
necessário, ainda, que o trabalho seja organizado nos territórios a partir da gestão coletiva dos diferentes meios de vida.

Em 2012, as autoras citadas acima sistematizaram os fundamentos da proposta político-pedagógica do CFES-NE, apontando que o **território** é um espaço construído pelas relações sociais e pela história, formado pelas identidades das pessoas, suas lutas, conquistas, derrotas etc. Elas foram beber no pote das ideias de Milton Santos no texto escrito em 1999 sobre “Dinheiro e Território”. Este geógrafo brasileiro entende **o território não apenas como uma base econômica, mas como espaço de relações humanas, com histórias de cooperação, conflitos, solidariedade, subordinação e resistências**.

Ainda concordando com essas autoras, acreditamos que a aproximação dos serviços de saúde mental com a economia solidária não deve se dar unicamente na perspectiva de criação de empreendimentos, transformando as participantes em micro e pequenas empresárias. Ao valorizar somente a inclusão pela renda, reforçamos ainda mais o consumismo, fortalecendo o modelo capitalista que exclui, separa as pessoas e dá méritos a quem tem mais sucesso e acumula mais coisas e bens. A aproximação das práticas de saúde mental e economia solidária pode se dar a partir do protagonismo das mulheres e do desejo por outro mundo possível, através da construção, no dia a dia, de novas relações econômicas, sociais e ecológicas no território.

Consideramos que os Projetos de Trabalho e Geração de Renda realizados pela política da saúde mental precisam ter no seu horizonte a perspectiva da economia solidária, do trabalho emancipado, em prol da reabilitação psicossocial e da vivência do Bem Viver para as pessoas com experiência na loucura.





***Reconhecimento,
Autonomia e
Bem Viver é o
que queremos***

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o
que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.*

BERTOLT BRECHT

Mergulhar no sentido do trabalho para as participantes do Projeto Geração de Renda Mentos que Fazem, nas teorias e práticas tanto da saúde mental, como da economia solidária, significou abandonar métodos ultrapassados, conceitos preestabelecidos e construir coletivamente um saber comum que, ao ser partilhado, mudou o estar no mundo de cada uma que esteve envolvida no processo. Laços afetivos foram criados, a luta antimanicomial foi disseminada e as primeiras aproximações entre saúde mental e economia solidária, no estado de Pernambuco, começaram a se desenhar.

Educação popular, saúde mental e economia solidária se cruzam quando colocam como norte um projeto de sociedade emancipadora dos sujeitos mulheres e homens, tendo por base o diálogo, a construção coletiva e o respeito às singularidades.

O processo de reabilitação psicossocial para sujeitos com experiência na loucura precisa ir além da geração de renda e trabalho, tornando-os trabalhadores informais da economia popular ou pequenos empresários. A reabilitação psicossocial, quando atrelada ao trabalho emancipado de mulheres e homens, promove a participação democrática e constrói cidadania, autonomia e coletividade. Dessa forma, há terreno fértil para a construção de novas relações consigo e com os outros, pautadas no Bem Viver.

De modo geral, percebemos que as políticas de saúde mental não dão conta de sua prática. Apesar de garantidos nas leis e portarias, os serviços de geração de trabalho e renda costumam passar grandes dificuldades por conta da negligência dos gestores. Isso fica ainda mais claro quando falamos da região Nordeste. Soma-se a isso a falta de financiamento garantido pela União para custeio mensal desses serviços. No Projeto de Geração de Renda Mentem que Fazem, por exemplo, é evidente a séria negligência por parte da gestão municipal, refletida na precária estrutura física, na falta de ferramentas e condições de trabalho e na ausência de um projeto político-pedagógico orientado para a transformação, de fato, da vida econômica e social das pessoas envolvidas.

Outro ponto importante é que, na grande maioria das vezes, as participantes de projetos de geração de trabalho e renda da área de saúde mental se envolvem apenas com a produção de materiais. Dessa forma, não pensam coletivamente outros processos, como o que produzir, que matérias-primas usar, onde e como comprar ou ter acesso aos materiais, como organizar o espaço, dividir tarefas e responsabilidades, deixando passar a grande oportunidade do exercício da autogestão, da autonomia e da cooperação. Como é possível fazer reabilitação sem dar a oportunidade ao sujeito para experimentar as diversas responsabilidades e possibilidades em um espaço? A autogestão a ser vivenciada nas iniciativas da economia solidária é um exercício desafiador.

Acreditamos que o envolvimento de pessoas que não fazem parte do circuito da saúde mental, nas iniciativas de geração de trabalho e renda, pode diluir a cisão entre normalidade e doença, promovendo relações mais sólidas e promissoras, havendo, de fato, inclusão e rompendo o ciclo de entendimento desses espaços apenas como terapêuticos, onde o trabalho é visto como ferramenta ocupacional.

Nas discussões durante a pesquisa-ação, surgiram muitas falas das participantes a respeito do preconceito vivido – inclusive em outros serviços de saúde mental –, que foi afastando-as do convívio social, e de como isso fica mais evidente quando se trata de espaços formais de trabalho. A lentidão, o medo, as mãos trêmulas pelo uso de medicação, as pernas inquietas, a fala acelerada, o histórico de longa internação em hospital psiquiátrico não têm vez onde a produtividade e o consumo ditam o jogo. As diferenças que cada uma carrega só podem ser acolhidas em um espaço de saúde? Existe um espaço apropriado para o sofrimento?

Apostamos também na importância da ampliação dos serviços substitutivos da RAPS, incluindo os projetos de geração de renda no estado, além dos espaços de discussão e formação e fóruns compartilhados entre saúde mental e economia solidária, por exemplo. Desse modo, é importante também que essas discussões e práticas estejam pautadas na perspectiva de economia solidária que as redes, coletivos e núcleos de educadoras e educadores populares do Nordeste têm afirmado. Para eles, a economia solidária deve extrapolar a visão empreendedorista do trabalho e construir novos tipos de relações sociais de vivências para o Bem Viver.

Desse modo, vemos como fundamental a aproximação dos campos da economia solidária e da saúde mental nas práticas realizadas no estado de Pernambuco. Existem alguns serviços de saúde mental que contam com pequenas iniciativas de geração de renda ou oficinas de habilidades manuais que não conseguem se desenvolver e construir suas redes de venda, troca, comunicação, qualificação,

coletividade. Autogestão é uma palavra que circula pouco nesses espaços-sementes de geração de renda da saúde mental, e a prática da reabilitação psicossocial acaba se restringindo ao apaziguamento de sintomas que incomodam, sem construir outros caminhos possíveis. Autonomia é palavra até conhecida, mas será que, de fato, está presente no nosso horizonte de cuidado dentro da saúde mental e nas relações sociais pautadas na lógica da economia solidária?

O Sistema Único de Saúde (SUS), fundamental para a política de saúde mental, é uma política pública que poderia construir espaços de diálogo com a educação popular e a economia solidária. O campo da saúde mental brasileira parece conversar pouco com setores fora do campo da saúde, sendo fundamental que esse diálogo aconteça para que haja construção coletiva entre diferentes saberes e setores, a fim de concretizar projetos de vida emancipadores. As trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental não têm seus processos de formação pautados na educação popular, por exemplo, sendo importante maior produção teórica e expansão de práticas que fortaleçam esse caminho.

No processo da pesquisa-ação, percebemos que foi possível cultivar, mesmo que ainda como semente, a reabilitação psicossocial das participantes, fazendo florescer a promoção de autonomia, e conhecermos os limites concretos de engajamento no trabalho emancipado, dado o modelo de sociedade no qual ainda estamos inseridos. Possibilitou pensar aquele espaço do Projeto enquanto direito e para isso se faz necessário o envolvimento na luta antimanicomial, principalmente diante da conjuntura nacional de golpe e o próprio contexto do município de Camaragibe.

Acreditamos no horizonte da educação popular em economia solidária baseada na pedagogia da autonomia e da autogestão para construir uma relação antimanicomial de fato na prática de cuidado na saúde mental. A partir dos

princípios da educação popular, poderemos romper com a relação de tutela e poder sobre os e as usuários e usuárias e com práticas que apenas silenciam sintomas que incomodam. Seguindo relações horizontais, e acreditando no potencial das pessoas de estar sempre se reconstruindo, conseguimos promover um cuidado, às pessoas com experiência na loucura, baseado em atitudes de respeito, com acolhimento, disponibilidade de afeto, abertura ao diálogo e práticas que transformem suas vidas.

Acreditamos que o processo de reabilitação psicossocial que tem como fim a contratualidade entre os três cenários de vida – moradia, rede social e trabalho – precisa ser pautado como processo educativo popular, em prol da produção da autonomia, com base nos princípios da pedagogia da autonomia. Essa perspectiva ainda não está sendo pautada nos escritos sobre reabilitação psicossocial e, portanto, nos provoca a realizar outras pesquisas, a estar em campo e construir com todas as pessoas a história do processo de emancipação dos sujeitos mulheres e homens com experiência na loucura.

A Reforma Psiquiátrica, o SUS, a Economia Solidária e a Educação Popular são projetos em construção, são horizontes para os quais caminhamos e que buscamos alcançar, em meio a tropeços, retrocessos, lutas e conquistas. São elos de uma transformação maior.

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
a mulher que quero ser.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.
Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente a mulher
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
– muito mais sofredamente –
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.
É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

THIAGO DE MELLO, COM GRIFO NOSSO

Referências

Alberto ACOSTA é do Equador, coordenou a Assembleia Constituinte que inseriu pela primeira vez em uma Constituição os Direitos da Natureza – a nossa Mãe Terra, e escreveu *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, livro que debate sobre a realidade da América Latina e propõe pensar sobre outras possibilidades de solução para os problemas da terra, da ecologia, das desigualdades sociais e outras, olhando o nosso chão de vida e da história desde antes de os europeus chegarem à América, e faz uma crítica aos modelos de sociedade e de desenvolvimento que os países do hemisfério Norte querem nos impor. O livro foi publicado pela Editora Elefante em 2016.

Ana DUBEUX, Alzira MEDEIROS, Mônica VILAÇA e Shirley SANTOS escreveram “A concepção de economia solidária que orienta nossa ação”, capítulo do livro *A construção do conhecimento em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste*, organizado pelas mesmas autoras em 2012 impresso pela F&A Gráfica e Editora Ltda. Neste capítulo, as autoras propõem-se a discutir sobre a concepção de economia solidária

que orienta o trabalho do Centro de Formação em Economia Solidária no Nordeste (CFES/NE).

Beatriz VIANA, Juliana SOBEL e Shirley SANTOS. *Mentes que trabalham juntas interfaces entre a saúde mental e a economia solidária*. Camaragibe-PE. Relatório da Pesquisa-ação. CFES-NE 2016. (mimeo).

Benedetto SARACENO, escritor italiano, escreveu “Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio”, capítulo que traz apontamentos sobre o que é e para que existe a reabilitação psicossocial, no livro *Reabilitação Psicossocial no Brasil*, organizado por Ana Pitta, editora Hucitec, em 1996.

Fernanda NICÁCIO, Elisabete MÂNGIA e Maria Isabel GHIRARDI escreveram o artigo “Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas na Revista de Terapia Ocupacional”, publicado na *Revista de Terapia Ocupacional* da Universidade de São Paulo, em 2005. Elas se propõem a discutir a necessidade de superação da concepção de trabalho terapêutico a partir do trabalho protegido, que re-

produz as relações de invalidação e desvaloriza a diversidade. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/>>. Acesso em: 20/03/2016

Eneida SANTIAGO e Silvio YASUÍ refere-se publicaram, na *Revista de Psicologia da Unesp*, em 2011, o artigo intitulado “O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre sua atual utilização”. Neste artigo, os autores fazem uma reflexão sobre a relação entre a atenção de cuidado em saúde mental, a loucura e o trabalho. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/126970>>. Acesso em 20/03/2016

José Paulo NETTO e Marcelo BRAZ escreveram o livro *Economia Política: Uma introdução crítica*, publicado pela Editora Cortez em 2011.

Karl MARX, filósofo e sociólogo alemão, revolucionário socialista, publicou vários livros ao longo da vida, sendo *O Capital* um dos mais conhecidos. Em 2013 este livro teve uma reimpressão pela Editora Boitempo.

Michel THIOLENT é autor do livro *Metodologia da Pesquisa Ação*, escrito em 1985, que explica sobre o conceito da pesquisa-ação e como se pode construir o passo a passo deste método de investigação participativa coletiva.

Paulo FREIRE, educador e filósofo pernambucano, escreveu vários livros e textos. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, escrito em 1996, discute os fundamentos e princípios para a prática educativa progressista e aponta novas relações e condições para a tarefa da educação, voltada para a reflexão sobre a relação entre educadores e educandos e sobre a educação como meio para construção da autonomia. É a última obra publicada em vida por Paulo Freire. A obra dele está publicada por diversas editoras e pode ser encontrada na internet.

Marcos ARRUDA é brasileiro e educador. Entre muitos livros e textos publicados, escreveu “Trabalho emancipado”, capítulo que explica o conceito do trabalho emancipado no livro *A outra economia*, organizado por Davi Cattani. Porto Alegre: Veraz Editores, em 2003.

Milton SANTOS. “O dinheiro e o território”. *GEOgraphia*, Ano 1, n.1, 1999. Niterói: UFF, Instituto de Geociências. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/2/2>>. Acesso em: 13/05/2017.

Ricardo ANTUNES é autor do livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, publicado pela Editora Boitempo em 2009.

FONTE The Mix e Hernandez Niu
PAPEL Couché fosco 90 g/m²



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Nordeste



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E

DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

